

Brasília, 10 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Jota Info

Segunda-feira, 09 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Quando a demora do Estado esvazia o direito de patente no Brasil 3

Terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

O valor intangível de alguém em tempos de IA 5

Metrópoles Online

Segunda-feira, 09 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Empresa age contra Cauã Reymond após "plágio" em marca de produtos 9

Migalhas

Segunda-feira, 09 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.285 10

Exame.com

Segunda-feira, 09 de fevereiro de 2026 | Patentes

Câmara aprova urgência de projeto que acaba com a patente do Mounjaro e Zepbo... 15

IstoÉ Online

Segunda-feira, 09 de fevereiro de 2026 | Propriedade Industrial

Câmara aprova urgência para projeto que quebra patentes dos medicamentos Mou... 16

Quando a demora do Estado esvazia o direito de patente no Brasil



Sem mecanismos equilibrados para compensar atrasos administrativos, Brasil penaliza o setor produtivo, a ciência e a sociedade. O recente posicionamento do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** sobre a contagem do prazo de proteção das patentes ignora os efeitos concretos da mora administrativa - e, sobretudo, os princípios constitucionais que regem a atuação do Estado.

Ao afirmar que não há qualquer prejuízo ao titular porque a proteção é contada a partir da data de solicitação da patente, o **INPI** sustenta que eventuais atrasos no processo de análise de patentes não reduziram o prazo de proteção. Isso porque o titular poderia, em tese, explorar o invento, licenciá-lo a terceiros e buscar indenizações retroativas após a efetiva concessão. Essa interpretação desconsidera um elemento essencial: expectativa de direito não se confunde com direito efetivo.

Na prática, nenhuma indústria coloca um produto inovador no mercado sem proteção efetiva, e nos termos do sistema legal brasileiro, o direito de exclusividade nasce quando a patente é concedida. Lançar um produto blockbuster ainda em fase de "pedido", aguardando análise e sem qualquer previsibilidade quanto ao prazo de devolutiva do **INPI**, significaria assumir o risco imediato de cópia, concorrência ilícita e perdas de mercado. Além disso, diversos tribunais brasileiros sequer reconhecem a possibilidade de enforcement baseada em mero pedido.

Esse risco é incompatível com investimentos de longo prazo e intensivos em capital realizados pela indústria inovadora - nos setores agropecuário, farmacêutico, biotecnológico, tecnológico, químico e de engenharia avançada. Atualmente, o risco técnico e econômico recai integralmente sobre quem inova - não faz sentido que a demora do Estado imponha um risco jurídico e ônus adicional ao inovador.

A possibilidade de "indenização retroativa" mencionada pelo **INPI** tampouco resolve o problema. Como o próprio Instituto destacou, eventual pleito indenizatório só pode ocorrer após a concessão da patente, o que depende de um processo judicial longo, incerto e custoso, além de não recompor perdas estratégicas irreversíveis, como tempo de mercado, atração de capital, escalabilidade industrial e planejamento de longo prazo. Nenhuma indenização posterior substitui a previsibilidade perdida no presente.

A pergunta que o próprio **INPI** coloca - "se o direito à patente começa a valer no ato do pedido, por que o poder público deveria estender o prazo?" - parte de uma premissa equivocada. O que se discute não é estender um direito, mas corrigir a distorção causada pela mora administrativa, que tem o efeito prático de reduzir o exercício efetivo da exclusividade mercadológica, garantido ao titular da patente após a concessão. Trata-se de assegurar o prazo de exclusividade efetiva mais próximo dos 20 anos previstos na lei, quando hoje a ineficiência estatal ainda consome parte significativa desse prazo.

É justamente por reconhecer essa distinção que países líderes em inovação adotam mecanismos como o Patent Term Adjustment (PTA), para ajuste do prazo de vigência da patente. O PTA não cria privilégios, não prorroga patentes automaticamente e não amplia direitos além do previsto em lei. Ele apenas ajusta o prazo quando o Estado falha em cumprir prazos razoáveis de análise, garantindo que o titular usufrua, de fato, do período de proteção que a própria legislação promete.

Nos Estados Unidos, o United States Patent and Trademark Office (USPTO) aplica o Patent Term Adjustment (PTA) desde 1999, conforme previsto no 35 U.S.C. §154(b), recompondo automaticamente o prazo quando há atrasos injustificados do Estado na análise do pedido.

No Japão, o Japan Patent Office (JPO) prevê extensões específicas de prazo para compensar atrasos administrativos e regulatórios, garantindo o tempo efetivo de exclusividade.

Na Europa, embora o European Patent Office (EPO) não conceda patentes nacionais, os países-membros adotam mecanismos complementares, como os Supplementary Protection Certificates (SPCs), justamente para compensar atrasos administrativos e regulatórios que corroem o tempo real de proteção.

Esses mecanismos não são privilégios. São instrumentos de equilíbrio jurídico. Eles partem de um princípio simples: o custo da ineficiência estatal não pode ser transferido ao inovador.

Com notícias da Anvisa e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

No Brasil, essa lógica encontra respaldo constitucional. A Constituição protege a propriedade (art. 5º, XXII), a livre iniciativa e impõe à administração pública o dever de eficiência (art. 37). Um Estado que reconhece um direito, mas o esvazia por sua própria demora, viola a segurança jurídica e compromete a confiança legítima dos agentes econômi-

cos.

O próprio Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529, foi claro ao rejeitar o modelo automático de extensão de prazo. Em nenhum momento o STF vedou ajustes técnicos e proporcionais decorrentes de atraso estatal. Ao contrário, deixou aberta a via legislativa para soluções alinhadas às boas práticas internacionais.

É exatamente isso que propõem os debates em curso no Congresso Nacional sobre mecanismos como o PTA. O objetivo é o de recompor o tempo perdido por falha do próprio Estado, devolvendo previsibilidade ao sistema.

A pergunta que precisa ser feita não é por que ajustar o prazo, mas: por que o Brasil insiste em penalizar quem investe em inovação? Enquanto EUA, Japão e Europa contam com mecanismos equilibrados para compensar eventuais atrasos administrativos, o Brasil opta por negá-los ou normalizá-los - e transferir o prejuízo ao setor produtivo, à ciência e, no fim da cadeia, à sociedade.

Sem segurança jurídica, não há investimento. Sem investimento, não há inovação. E sem inovação, o Brasil perde competitividade, empregos e futuro.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

O valor intangível de alguém em tempos de IA



Alvo de críticas dos artistas, a IA aproxima mundos jurídicos e provoca discussões sobre utilidade da PI

O ano de 2026 chega com a promessa de vários acontecimentos importantes no Brasil e no mundo. De pronto, temos Copa do Mundo e eleições estaduais e federais. Há também eleições em outros países e Olimpíadas de Inverno, somados à já extensa agenda de eventos políticos, esportivos, do cinema e de artes em geral.

Já constante na pauta, transitando entre diferentes segmentos, como economia, saúde, política, estão as ferramentas de inteligência artificial. Em 2026 talvez, ao contrário de anos anteriores, parece haver maior otimismo para com a tecnologia. Interessante pesquisa da Harvard Business Review de janeiro indicou que 97% dos 100 líderes de grandes empresas acreditam que a IA será benéfica no médio e longo prazo. No grupo ouvido pela publicação, 83% acreditam que esta é a maior transformação tecnológica de toda uma geração. Em suma, o sentimento positivo de empresas globais para com a IA parece ser unânime[1].

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Mas o entusiasmo não é geral. Uma classe muito engajada tem se posicionado contrária à forma como ferramentas de IA estão se imiscuindo do dia a dia. São os "artistas", denominação que tem sido utilizada para abarcar diferentes profissionais, entre

atores, cantores, dubladores, jornalistas ou celebridades do mundo da moda e do esporte.

São pessoas que, por conta de sua imagem ou outros atributos, por suas atuações artísticas (na música, artes) ou prática esportiva, destacam-se e obtêm reconhecimento e remuneração em projetos profissionais ou publicitários (em alguns países, chamados *publicity rights*). Esses profissionais têm em si próprios "ativos intangíveis" específicos e valiosos para exploração comercial, os quais podem entrar em conflito com as ferramentas de IA por diferentes razões. Nem mesmo o falecido Papa Francisco escapou[2].

Em 2024, a atriz Scarlett Johansson denunciou o que achou ser cópia de sua voz que teria sido utilizada pela OpenAI para "dar vida" a um chatbot. Disse que amigos próximos, ao ouvirem o sistema, não conseguiam reconhecer como uma voz distinta da dela. Em declaração pública, ela divulgou que a empresa entrou em contato para discutir possível licenciamento, que foi negado. Depois de alguns dias e posicionamentos de lado a lado, a tal voz foi removida do sistema[3].

Atributos de personalidade, características próprias ou inerentes a alguém, não são o mesmo que obras protegidas. Em 2025, tratamos nesta coluna do debate (também em evidência) sobre utilização de obras para treinamento de ferramentas de IA e a possível proteção jurídica dos produtos delas derivados[4]. O campo era das regras de **propriedade intelectual**, em especial de direitos de autor. A PI, como sabemos, é conjunto de regras relativamente harmonizado mundialmente e que prevê direitos exclusivos temporários; se encerrado o prazo, há o domínio público.

Aqui a questão é outra. O Direito que protege elementos de uma pessoa é muito mais fragmentado entre os países. No Brasil, os direitos de personalidade são campo do Direito Civil e sem limitação temporal. Até pessoas falecidas podem ter proteção jurídica[5]. Portanto, o mesmo "racional" da temporalidade ou da "comercialização" não deve ser aplicado.

Ou talvez pode passar a ser... Por diferentes prismas, ao permitir que atributos de alguém sejam utilizados sem autorização, a IA tem aproximado esses dois mundos jurídicos.

Em meados de 2025, a Dinamarca propôs alargar o escopo da sua lei de direitos autorais para impedir que imagem, características faciais ou corporais e a voz de alguém pudessem ser apropriadas para geração de conteúdos sintéticos, tais como deep-fakes. Em proposta alinhada com diferentes partidos, o governo dinamarquês inova ao proteger "ativos intangíveis" personalíssimos. Em janeiro, o tema chegou ao Parlamento Europeu, que elaborou *paper* sobre a proposta[6].

Ressaltando que há consenso quanto à necessidade de proteção dos cidadãos europeus contra réplicas digitais de suas características pessoais sem consentimento[7], o *paper* indica haver divergência sobre se a lei de direitos autorais é a melhor alternativa - ou se outras normativas estariam mais aptas para tanto. Além disso, há o argumento de que o fato de haver proteção por direitos autorais não tem sido "barreira" suficiente para o avanço da IA. Todo esse cenário se mostra relevante no contexto de revisão da Diretiva Europeia de Direitos Autorais prevista para esse ano. Haverá espaço para essa mudança?

Outra forma recente de aproximação da PI com direitos de personalidade foi o registro como marca de extratos da imagem e falas icônicas do ator Matthew McConaughey pelo Escritório de Marcas e Patentes dos EUA. Tais registros foram deliberadamente pensados para proteger o ator da apropriação das ferramentas de IA[8]. Foi um movimento inédito para garantir, a seu ver, que sua voz e sua aparência sejam usadas apenas quando aprovadas por ele. Resta saber se essas serão as primeiras marcas de muitas que virão.

Memes políticos

Políticos não são exatamente artistas, mas invariavelmente são pessoas públicas e têm se usado cada vez mais dos ambientes digitais para agregar e manter votos. Sua imagem e demais atributos possuem valor intangível claro, mesmo que distinto daqueles dos "artistas".

No contexto eleitoral, o uso de ferramentas de IA há tempos traz receios quanto à geração de vídeos, imagens ou áudios manipulados para prejudicar a

compreensão do eleitor e desequilibrar a disputa. Se a questão dos *deepfakes* em eleições não é nova (tratamos do tema em 2020 para o JOTA[9]!), a alta disponibilidade e acesso facilitado a estas ferramentas só aumenta a preocupação existente.

No centro da questão está justamente o uso de elementos de personalidade dos candidatos e de demais pessoas 'públicas' para geração de conteúdo com vieses políticos. A criatividade dos marqueteiros (e de qualquer cidadão, para bem da verdade) pode não ver os limites que a lei traz para gerar imagens, vídeos ou áudios com base nesses elementos de uma persona.

Em janeiro, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou minutas das normativas que deverão ser aplicadas para as eleições de 2026[10]. No quesito inteligência artificial, contudo, nenhuma novidade. Permaneceram as proibições adotadas na eleição municipal de 2024 quanto uso de *deepfakes* ou conteúdos manipulados para 'disseminar fatos inverídicos ou gravemente descontextualizados'.

Foi mantida também obrigação de identificação, pelos partidos e candidatos, sobre uso de IA para a geração do conteúdo e o impedimento de uso de *chatbots* com imagem dos candidatos ou pessoas reais para interação com cidadãos. A inovação, não exatamente restrita a questões relacionadas à IA, está na proposta de que a Justiça Eleitoral poderá remover perfil de rede social que possua publicações voltadas à prática de crimes.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Crimes de violação de direitos autorais estariam, portanto, no rol de possibilidades, da mesma forma que outros crimes digitais que violem a personalidade de qualquer candidato. Vale em especial trazer atenção para situações de violência de gênero e/ou contra grupos minoritários em razão de sua candidatura, potencialmente prejudicando representatividade democrática da eleição. Há previsões específicas para tanto em nossa legislação.

Como disse a Min. Cármen Lúcia em evento sobre segurança nas eleições de 2026, a tecnologia que se apresenta não é boa ou ruim em si. A questão que se coloca é o uso que se faz dela e quais os limites para tanto. Dentre tantas revoluções, a IA parece provocar também reflexões sobre cabimento de regras de **propriedade intelectual**, tão bem estabe-

lecidas.

O que foi assunto em PI e arredores? | dezembro.25 e janeiro.26

Mercosul-UE. Muito divulgado e comemorado, o Acordo Mercosul e UE[11] também trará impactos para PI. Dentre os mais imediatos, o Tratado estabelece proteção a 575 indicações geográficas europeia (cobrindo nomes como Parma, Cognac) e 222

IGs sul-americanas (37 brasileiras). Existem regras que atingem o uso de expressões como "tipo", "estilo" ou semelhantes e há também regras de exceção (cobrindo termos como "Parmesão" ou "Gorgonzola") que poderão ser utilizadas desde que respeitados limites para não haver associação indevida quanto à origem dos produtos. Para além desse tema, há também a expectativa de que o aumento das relações comerciais entre blocos, em especial na produção industrial, possa aumentar o número de depósitos de patentes e desenhos industriais europeus junto ao **INPI**. A perspectiva é que a vinda de novos produtos para o país desperte maior desejo de proteção de ativos intangíveis por seus titulares.

Brasil. O **INPI** divulgou Boletim Mensal de PI com dados de 2025[12] que indicam pedidos e concessões em números recordes no ano passado. Em patentes, houve aumento de 6,7% no número de depósitos, totalizando 29.557 pedidos dos quais 29% têm origem brasileira. Também houve número histórico de pedidos de marcas com mais de 504 mil pedidos depositados, 93% de titulares brasileiros. Programas de computador e desenhos industriais também apresentaram alta em acima de 30% se comparados com números de 2024. Em concessões, houve leve aumento nos números apresentados tanto para patentes (5,5%, totalizando 13.064) como marcas (6,3%, totalizando 176.559).

Mundo. A discussão sobre direitos autorais e IA segue aquecida. Enquanto novos acordos entre empresas desenvolvedoras de IA e titulares de obras protegidas são divulgados (como o acordo entre a Wikipedia e Meta, Perplexity e Microsoft[13]), a movimentação de artistas e demais entidades relacionadas ao direito de autores contra o desenvolvimento "livre" de ferramentas de IA segue forte, especialmente nos EUA. Em um dos vários processos judiciais em curso, duas novas editoras (Hachette Book Group e Cengage Group) buscaram ingressar na ação que já corre contra o Google por violação de direitos autorais em treinamento de sua

ferramenta[14]. Em outra frente, um movimento denominado "Roubar não é inovação" (tradução livre de "*Stealling isn't innovation*") defende que a violação de direitos autorais pelas ferramentas de IA não pode ser considerada progresso. A campanha, que conta com apoio de mais de 800 artistas e diferentes entidades americanas, foi lançada em 22.1[15].

Brasil. Foi editada medida provisória para estabelecer o regime jurídico aplicável à Copa de Futebol Feminino, que será sediada no Brasil em 2027. A MP 1.335/26 visa proteger direitos de **propriedade intelectual** e ações de marketing relacionadas aos ativos intangíveis da Copa, como a transmissão dos jogos, marcas e mascotes. Dentre as principais disposições, estão a definição que tais ativos são de titularidade da Fifa, estabelecimento de regimes diferenciados para registro de marcas e desenhos industriais pelo **INPI** e regras para limitar ações de marketing de emboscada no entorno dos estádios e nos espaços Fifa Fan Festival. A MP segue a mesma lógica já empregada quando o Brasil sediou a Copa do Mundo masculina em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Brasil. Estudo econômico conduzido pela FGV a pedido do Ministério da Cultura e da Organização dos Estados Ibero-Americanos avaliou o impacto econômico, social e territorial da Lei Rouanet. Em síntese, a pesquisa concluiu que projetos apoiados por fundos da Rouanet movimentaram R\$ 27,5 bilhões na economia brasileira em 2024, quando a captação de recursos investidos foi de R\$ 3 bilhões; a cada R\$ 1 investido o retorno econômico foi superior a R\$ 7, dos quais R\$ 1,39 é arrecadação tributária. Além do dado econômico, a pesquisa indica que a cadeia produtiva associada aos projetos criou 152,7 mil empregos diretos e 75,3 mil indiretos no período[16].

[1] A pesquisa completa e outros dados podem ser acessados em <https://hbr.org/2026/01/hb-how-executives-are-thinking-about-ai-heading-into-2026>.

[2] Como mostra reportagem do New York Times, fotos montadas com a imagem do antigo Papa eram muito comuns. Disponível em <https://www.nytimes.com/2023/04/08/technology/ai-photos-pope-francis.html>

[3] Conforme reportagem de vários veículos, incluindo o The Guardian disponível em <https://www.theguardian.com/technology/article/2024/may/20/cha>

tgpt-scarlett-johansson-voice

[4] Textos ainda atuais, acessíveis pelos links <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/propriedade-intelectual-inovacao/inteligencia-artificial-e-propriedade-intelectual-complementariedade-ou-adversidade> e <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/propriedade-intelectual-inovacao/inteligencia-artificial-e-propriedade-intelectual-a-protecao-de-outputs-gerados-por-ia>.

[5] Lembremos da discussão que decorreu do caso da propaganda da Volkswagen que utilizou de sistemas de IA para simular atuação da cantora Elis Regina com sua filha, Maria Rita.

[6] Texto integral disponível por meio do link [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2026/782611/EPRS_ATA\(2026\)782611_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2026/782611/EPRS_ATA(2026)782611_EN.pdf)

[7] Conforme 'Declaração sobre necessidade de cultura e mídia como salvaguarda das democracias europeias', assinada pelos países da UE (menos Hungria), além de outros países não membros. Declaração disponível através do link <https://danish-presidency.consilium.europa.eu/media/vxjfaazq/declaration-on-the-necessity-of-culture-and-media.pdf>

[8] Muitas foram as notícias repercutindo o fato no Brasil e em outros países. Infelizmente por aqui houve uma inconsistência na divulgação das matérias que confundiram 'marcas' com 'patentes'. A BBC apresentou um texto mais consistente juridicamente que está disponível em <https://www.bbc.com/news/articles/cp87z6vexl3o>

[9] Texto à época abordava decisão do STJ sobre legalidade de paródias em contexto eleitoral. O caso, que ficou célebre no meio, era de vídeo do então candidato a deputado Tiririca utilizando música do cantor Roberto Carlos em vídeo para horário eleitoral de televisão. O texto pode ser acessado pelo link <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/parodias-deepfakes-e-o-ano-eleitoral>

[10] Os textos receberam contribuições da sociedade civil e passarão por consultas públicas ao longo de fevereiro, antes da adoção das versões finais no início de março.

[11] Detalhes do Acordo foram disponibilizados pelo MRE em página especial acessível pelo link <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/agenda-de-negociacoes-externas/factsheet-acordo-de-parceria-mercosul-uniao-europeia>

[12] Boletim Mensal completo disponível em https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas/arquivos/publicacoes/boletim-mensal-de-pi_resultados-de-dezembro-2025.pdf

[13] Conforme informações da The Associated Press disponibilizadas no link <https://apnews.com/article/wikipedia-internet-jimmy-wales-50e796d70152d79a2e0708846f84f6d7>

[14] Conforme reportado pela Reuters no link <https://www.reuters.com/legal/government/publishers-seek-join-lawsuit-against-google-over-ai-training-2026-01-15/>

[15] O site da campanha (em inglês) pode ser acessado pelo link <https://www.stealingisntinnovation.com/>

[16] Toda a pesquisa está disponível no link <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-roua-net-movimenta-r-25-7-bilhoes-e-gera-228-mil-empregos-em-2024-aponta-estudo-da-fgv/PESQUISADAIMPACTODALEIROUANET.pdf>

Empresa age contra Cauã Reymond após "plágio" em marca de produtos



Uma empresa de cosméticos disse que vai processar Cauã Reymond após ator criar marca de produtos semelhantes com nome "plagiado"

Uma empresa de cosméticos afirmou que vai entrar com um processo contra o ator Cauã Reymond, da TV Globo, por conta de uma espécie de "plágio" em sua marca de produtos. A Hey You Cosméticos, que existe desde 2023, disse que tentou um acordo com o galã, proprietário da ReYou, mas não obteve uma resposta amigável. Agora, o assunto deve ir parar nos tribunais.

Entenda

Em um comunicado enviado à coluna, a empresa afirmou repudiar o "uso indevido de sua identidade" pela marca de propriedade do ator da TV Globo. "É inadmissível que, em um mercado que exige ética e originalidade, uma nova empresa surja ignorando direitos de **propriedade industrial** estabelecidos desde 2022", disse.

De acordo com a Hey You Cosméticos, a empresa de Cauã Reymond promove "uma confusão deliberada que atinge diretamente o coração" da marca e de seus consumidores. "A tentativa da marca de Cauã Reymond de se estabelecer com uma fonética absolutamente igual à nossa é um atentado à livre concorrência", criticou.

Na nota, a empresa afirmou, ainda, que tanto ela quanto a marca de Cauã Reymond oferecem "produtos idênticos como shampoos, condicionadores e blends de óleos" e que a escolha de um nome pare-

cido tem gerado um "caos sem precedentes" no ambiente digital, que é o principal canal de vendas da Hey You.

7 imagens Fechar modal. 1 de 7 César (Cauã Reymond). Globo/ Estevam Avellar 2 de 7 O ator Cauã Reymond Reprodução/Instagram 3 de 7 Cauã Reymond em cena de Avenida Brasil, novela de 2012 Reprodução 4 de 7 Cauã Reymond Reprodução/Instagram 5 de 7 Cauã Reymond como Jorginho em Avenida Brasil Rede Globo / Alex Carvalho 6 de 7 Cauã Reymond como Jorginho em Avenida Brasil 7 de 7 Cauã Reymond criou e protagoniza Jogada de Risco Reprodução/Instagram

Sem conversa

A Hey You apontou que procurou, por meio de seus advogados, estabelecer um diálogo com a empresa de Cauã Reymond por meio de duas notificações extrajudiciais e três reuniões diretas com a defesa do ator.

No entanto, a proposta apresentada pela equipe jurídica de Cauã Reymond, que seria uma espécie de "acordo de cavalheiros" para a convivência mútua, foi prontamente rejeitada por ser comercialmente inviável e juridicamente temerosa por conta dos "prejuízos já contabilizados pela Hey You".

Nos tribunais

Consta que a marca ReYou persistiu em quatro tentativas de registro junto ao **INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)**. Sem acordo com o galã, a empresa de cosméticos disse que vai levar a questão para a Justiça:

"Diante da postura da ReYou em seguir com o uso indevido e da ausência de um acordo que respeite a exclusividade da marca registrada, a Hey You informa que encerrou as tratativas extrajudiciais e está iniciando os procedimentos de judicialização do caso."

A coluna procurou o ator Cauã Reymond para comentar o caso por meio de sua assessoria de imprensa, mas até o fechamento desta reportagem, não obteve retorno. O espaço segue aberto.

MIGALHAS nº 6.285



Segunda-Feira, 9 de fevereiro de 2026 - Migalhas nº 6.285.

Fechamento às 07h32.

"Ver o crime e não querer puni-lo / Crime é também!"

Joaquim Manuel de Macedo

Punição dupla

Embora seja, aqui e ali, tratado nos bastidores como um velho conhecido das campanhas, o famoso "Caixa 2" está longe de ser uma mera travessura eleitoral. É prática comum, sim - mas comum no sentido mais impróprio da palavra, porque sabidamente criminosa. E o recado recente do STF veio em dose dupla: na semana passada, a Corte deixou claro que a conduta pode gerar responsabilização tanto como crime eleitoral quanto como ato de improbidade administrativa. Em outras palavras, quem entra por esse atalho pode sair por duas portas diferentes - e nenhuma delas leva a um bom destino. ()

Pensão dentro do teto

STF decidiu que, no cálculo da pensão por morte de servidor público, devem ser considerados apenas os valores que efetivamente integraram a remuneração ou os proventos dentro do teto ou subteto constitucional. ()

Extra! Penduricalhos atingem teto de vidro

"Auxílio-peru" e "auxílio-panetone" parecem piada, mas são exemplos reais de verbas indenizatórias sem base legal usadas para contornar o teto constitucional. Na última quinta-feira, ministro Flávio Dino suspendeu o pagamento desses e de outros penduricalhos no âmbito dos Três Poderes. A decisão liminar será analisada pelo plenário do STF no próximo dia 25. Veja outros exemplos de benefí-

cios que desafiam o frágil teto constitucional. ()

Haja fôlego

Em 2025, Dino já havia criticado a proliferação de penduricalhos no serviço público. Na ocasião, ironizou que o "cardápio" de gratificações poderia chegar ao ponto de incluir verba por "respirar oxigênio". ()

Editorial

A decisão do ministro Flávio Dino, ao vedar a proliferação dos chamados "penduricalhos" remuneratórios nos diferentes Poderes, reacendeu um debate que precisa ser visto por mais de um prisma - e com a serenidade que o tema exige.

De um lado, há um ponto inafastável: vivemos sob o império do princípio da legalidade. No âmbito do poder público, ele é ainda mais rigoroso. Não se faz o que se quer; faz-se apenas o que a lei permite. A velha fórmula do Direito Administrativo (poder-dever) lembra que a autoridade não dispõe livremente de sua atuação: ela está vinculada à norma. Se há vantagens pagas à margem da lei ou sem respaldo jurídico claro, o corte não é apenas legítimo, é necessário. Nesse aspecto, a decisão tem um mérito evidente ao reafirmar limites e ao recolocar a remuneração estatal dentro das balizas institucionais.

Mas há um segundo plano, menos ruidoso e, por isso mesmo, muitas vezes ignorado no debate público. Ao longo dos anos, em vez de reajustes formais e transparentes, diferentes administrações passaram a criar auxílios, gratificações e verbas acessórias como forma indireta de recompor salários. O resultado é que muitos desses valores, embora juridicamente questionáveis, foram sendo absorvidos na realidade financeira de milhares de servidores.

E aqui convém fazer uma distinção importante. E não se está falando de casos rumorosos, com cifras fora da curva (que são vergonhosos). Com efeito, é que há servidores que recebem 5 ou 6 mil reais e contam com 2 mil de auxílio que, na prática, passou a representar um terço da renda mensal. Para essas pessoas, que receberam tais valores de boa-fé e or-

ganizaram a vida em torno deles, um corte abrupto pode produzir um impacto concreto e imediato.

Isso não invalida a decisão. Ao contrário: o gesto de reordenar a casa e reafirmar a legalidade é correto e institucionalmente necessário.

Mas a ponderação se impõe.

Meta fiscal

PL protocolou ação no STF para contestar a condução da gestão fiscal pelo governo Federal. ()

Créditos de carbono

Ministro Zanin pediu vista e adiou o julgamento sobre a exigência de investimento de reservas de seguradoras em créditos de carbono. Placar é de 3 x 0 pela inconstitucionalidade. ()

Mandato fixo

Lula sinalizou apoiar mandatos fixos para ministros do STF. ()

Média

Levantamento do Migalhas indica que, nas últimas cinco décadas, ministros permaneceram no STF, em média, por 10 anos e 8 meses. ()

Dados para os gringos

Sete meses após o fim do prazo de adaptação à resolução 19/24, a ANPD mantém no radar o envio internacional de dados pessoais. Segundo o presidente da entidade, empresas que realizarem transferências sem respaldo nos mecanismos previstos na LGPD podem ser alvo de fiscalização e sanções. ()

Polvilho azedo

Ícone das praias cariocas, o Biscoito Globo é hoje centro de uma disputa judicial que se arrasta há quase uma década no TJ/RJ. Herdeiros de um dos sócios discutem a apuração de haveres da Panificação Mandarin, responsável pela marca. O processo teve novo capítulo. (Nhac aqui)

Polvilho doce

A trajetória do Biscoito Globo guarda um detalhe curioso: a marca cresceu sem nunca investir em publicidade. Foi no boca a boca, de forma orgânica, que o biscoito virou tradição e passou a simbolizar o Rio de Janeiro. Um sonho para qualquer estrategista de marketing, não? Migalhas foi conferir: após pesquisa, não encontrou registro de publicidade paga da marca. Fica lançado o desafio aos migalheiros: quem achar um reclame do Biscoito Globo

leva um mimo migalheiro. ()

Banco Santos

Após cerca de 20 anos de tramitação, Justiça paulista julgou improcedente ação que imputava fraude a ex-dirigentes do Banco Santos, afastando a responsabilidade de parte dos réus. ()

Herança

Suzane von Richthofen foi nomeada pela Justiça de São Paulo como inventariante do espólio de R\$ 5 milhões do tio Miguel Abdalla Netto, por ser a única herdeira que se habilitou formalmente no processo. ()

Prisão revogada

Justiça revogou a prisão preventiva de advogada argentina, acusada de ter praticado ofensas racistas contra funcionários de um bar em Ipanema. ()

Feminicídio

A professora de Direito Juliana Santiago morreu na noite da última sexta-feira após ser esfaqueada por um aluno dentro de uma sala de aula de uma instituição de ensino superior privada em Porto Velho/RO. O suspeito, identificado como João Junior, foi imobilizado por outros estudantes e preso em flagrante. ()

Jornada de trabalho

TST condenou Stellantis a pagar horas extras por troca de uniforme e deslocamento interno antes da reforma trabalhista. ()

\$\$\$

TST negou a substituição de depósito recursal recolhido em dinheiro por seguro-garantia, ao entender que a troca não alcança os casos em que o depósito já foi realizado em espécie. ()

Advertência

Presidente da 5ª turma do TST, ministro Breno Medeiros classificou como "grave" a conduta de um bacharel que entrou em sessão logada como advogada: "que não se repita". Assista. ()

Contrato de honorários

TJ/RJ reconheceu a incompetência da Justiça Federal para declarar a nulidade de cláusulas contratuais firmadas entre advogado e cliente. ()

Leão

Ministro Paulo Sérgio Domingues manteve decisão que afastou a incidência do IR sobre valores pagos aos filiados da carteira de previdência dos advogados de São Paulo no momento de seu desligamento. ()

Armadilha

STM condenou ex-companheiro que tentou incriminar militar ao esconder cocaína em carro. ()

Maus-tratos

TJ/SP condenou homem por maus-tratos contra cachorro, após concluir que vídeo, perícia e laudo veterinário comprovaram sofrimento imposto ao animal. ()

Migas

TST mantém penhora de imóvel usado por planetário para dívida trabalhista. () TST garante estabilidade a gestante mesmo com contratação irregular. () Dispensa de faxineira após apresentar B.O por injúria racial contra síndico é discriminatória. () INSS indenizará por descontos decorrentes de fraude em consignado. () Atlético Mineiro é condenado por uso indevido de imagem de modelo. () Shopping indenizará consumidora roubada em estacionamento. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Migalhas Notariais e Registrais

Professor Carlos E. Elias de Oliveira analisa o instituto da autocuratela e mostra como outros países admitem que qualquer pessoa possa previamente definir seus cuidados para a hipótese de futura perda de lucidez. ()

Leitura Legal

Promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior une literatura, ciência e Direito para evidenciar o Fevereiro Laranja e reforçar que doar sangue e medula é um gesto simples que salva vidas. ()

Migalhas de peso

- "Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa - Ser responsável patrimonialmente não é ser executado", por Marcelo Abelha Rodrigues (Cheim Jorge & Abelha Rodrigues - Advogados Associa-

dos). ()

- "Resultados da primeira edição do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica exigem atenção imediata das instituições de ensino", por Henrique Silveira, Maricé Giannico, Larissa de Sousa Cardoso, Marselhe Cristina de Mattos e Talita Santos Cruz (Mattos Filho). ()

- "Redes sociais, eleições e toga: Impactos da resolução 305/19 do CNJ no processo eleitoral", por João Victor Franco Carvalho e Júlia Matos Coelho (Di Rezende Advocacia e Consultoria). ()

- "Data-base de reajuste em locações comerciais após sentença renovatória ou revisional", por Lucas Lourenço (RF Advogados). ()

- "Brasil e União Europeia reconhecem proteção mútua de dados pessoais", por Aline Dantas (RONALDO MARTINS & Advogados). ()

- "Gratuidade de justiça: Quando a política de acesso vira incentivo perverso (e pesa no bolso de todos)", por Viviane Ferreira (Parada Advogados). ()

- "Distribuição de dividendos: Da insegurança jurídica ao momento de publicação dos balanços", por Ricardo Varrichio e Antonio Fiacadore Neto (Reis, Varrichio e Carrer Sociedade de Advogados). ()

- "Quando o dano moral vira ativo financeiro: A litigiosidade predatória no transporte aéreo", por Luiz Paulo Maranhão (Urbano Vitalino Advogados). ()

- "7 mudanças nas relações de trabalho em 2026, por Yara Leal Girasole (PK Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Baú migalheiro

Há 106 anos, em 9 de fevereiro de 1920, foi assinado o Tratado de Svalbard, pelo qual a comunidade internacional reconheceu a soberania da Noruega sobre o arquipélago ártico de Svalbard. O acordo, firmado em Paris ao final da Primeira Guerra Mundial, estabeleceu que o território seria desmilitarizado e garantiu aos países signatários direitos iguais de exploração econômica, especialmente nas atividades de mineração e comércio, sob a autoridade norueguesa. (Compartilhe)

Sorteio

Sorteio da obra "Desapropriação: doutrina e prática" (Editora D' Plácido, 692p.), escrita por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). A publicação vai além do estudo da desapropriação, abordando matérias afins sob enfoque teórico-doutrinário com fartas ilustrações práticas. Participe e concorra! ()

Novidade

A série especial sobre a reforma tributária, organizada pelo escritório Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados analisa nesta semana os regimes diferenciados aplicáveis aos produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura, bem como aos insumos agropecuários e aquícolas, conforme as disposições da LC 214/25. ()

Migalhíssimas

Hoje, às 12h, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Jurisprudência Comercial" com o tema "Sociedade Limitada Unipessoal e Penhora de Cotas", pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", . Hoje, às 19h, Ives Gandra da Silva Martins (Advocacia Gandra Martins) participa de uma live no Instagram com Wilson Rodrigues, diretor da Faculdade de Comércio de São Paulo e vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Em pauta, a elaboração e implementação de um Código de Ética para o STF. Amanhã, às 19h, FGV LAW realiza o webinar "Planejamento tributário para o Agronegócio: perspectivas para 2026 Pós-Reforma Tributária", com palestra de Fabio Calcini (Brasil Salomão e Matthes Advocacia). (Clique aqui) Comissão de Mídia e Entretenimento do IASP realiza no dia 11/2, às 9h30, a reunião de abertura do ano, com a palestra "A Lei do Profissional Multimídia". Participam como palestrantes os advogados João Paulo Morello, do escritório Coelho & Morello Advogados Associados, e Alexandre Barroso. () Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, coordena a "Pós-graduação em Direito da **Propriedade Intelectual**" da PUC-Rio, cujas aulas iniciarão em março de 2026. As inscrições estão abertas. As aulas são online e simultâneas. Informações, .

Palestra

Michel Temer palestra na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), hoje, às 10h, sobre o cenário nacional e internacional do Brasil. O encontro acontece na sede da Associação.

Pesquisa

ESA OAB/SP fortalece a produção científica e amplia sua participação em centros de pesquisa jurídica. ()

Inovação

Acontece em 25/2, em SP, o encontro "Tecnologia, Inovação e Direito Digital", realizado pelo Grupo Conselheiras.

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Sento Sé

MG/Alpinópolis

MG/Jacinto

SP/Buri

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Tempo é dinheiro"

Veja

"A folia de Lula"

IstoÉ

"Ligações Perigosas"

The New York Times - EUA

"For U.S. Athletes at Olympics, No Escaping American Politics"

The Washington Post - EUA

"Seahawks soar to Super Bowl championship"

Le Monde - França

"IA : les dépenses vertigineuses des géants de la tech"

Corriere della Sera - Itália

"Super Goggia vince un'altra medaglia Caduta a la-crime: il dramma di Vonn"

Clarín - Argentina

"Arranca el nuevo "blanqueo" fiscal, que modifica reglas y limita la persecución"

El País - Espanha

"El PP gana con desgaste, Vox duplica sus escaños y el PSOE se desploma"

Público - Portugal

"Seguríssimo"

Die Welt - Alemanha

"Zahl der Klagen gegen Asylbescheide steigt stark an"

The Guardian - Inglaterra

"Starmer fights to regain control over party after McSweeney exit"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Maioria da Câmara e do Senado diz apoiar CPI sobre caso Master"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Doente grave não tem prioridade na nova fila nacional criada pelo INSS"

O Globo - Rio de Janeiro

"Dívida de 17 estados com a União será corrigida apenas pela inflação"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Nikolas prioriza ataques a Lula e faz poucas menções a Minas"

Correio Braziliense - Brasília

"Comoção e revolta na despedida de Rodrigo"

Zero Hora - Porto Alegre

"Feminicídios deixaram ao menos 701 órfãos de mãe no RS nos últimos cinco anos"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Galo na ponte e trânsito já alterado para o Carnaval"

Câmara aprova urgência de projeto que acaba com a patente do Mounjaro e Zepbound



Câmara aprova urgência de projeto que acaba com a patente do Mounjaro e Zepbound

A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira, 9, o requerimento de urgência para o projeto de lei que propõe a **quebra de patente** dos medicamentos Mounjaro e Zepbound. A decisão se deu em 337 votos a favor e 19 contra.

Com a aprovação, a proposta passa a tramitar em regime acelerado, sem necessidade de análise prévia pelas comissões temáticas e pode ser apreciada diretamente no plenário.

De autoria do deputado Dr. Mário Heringer (PDT-MG), a proposta declara os medicamentos como de interesse público, condição que permite a chamada **quebra de patente**, como previsto na legislação de **propriedade intelectual**.

O que prevê o projeto de **Quebra de Patente**?

Os medicamentos são indicados para o tratamento de diabetes e obesidade.

O Mounjaro, fabricado pela farmacêutica Eli Lilly, recebeu aprovação da **Anvisa** (**Agência Nacional**

de Vigilância Sanitária) em 2023 para uso no tratamento de diabetes tipo 2. Em junho de 2025, teve sua indicação expandida para no Brasil. Já o Zepbound, que contém o mesmo princípio ativo da tirzepatida, ainda não foi aprovado comercialmente pela **Anvisa** e não está disponível nas farmácias brasileiras.

O projeto de lei (PL 68/2026) propõe alterações na legislação que regula os direitos de **propriedade intelectual**, permitindo a concessão de licença compulsória - a chamada **quebra de patente** - em situações de interesse público.

Na justificativa do texto, o autor da proposta, Mario Heringer afirma que o preço atual dos medicamentos representa um obstáculo para a aplicação em larga escala.

"Ocorre que o preço comercial desses medicamentos é simplesmente impeditivo aos objetivos de uma medicina de massa, que precisa, hoje, tratar mais da metade da população adulta de um país que ultrapassa os duzentos milhões de habitantes", argumenta o deputado.

O parlamentar também destaca que "nem o Sistema Único de Saúde (SUS) consegue comportar a incorporação desses medicamentos em virtude do elevado custo".

Paralelamente, o Senado Federal analisa outra proposta com objetivo semelhante. De autoria da senadora Dra. Eudócia (PL-AL), o projeto também defende a suspensão temporária das patentes da tirzepatida, princípio ativo do Mounjaro. A proposta prevê também a possibilidade de produção nacional do medicamento e a ampliação do acesso ao pelo SUS.

Câmara aprova urgência para projeto que quebra patentes dos medicamentos Mounjaro e Zepbound

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta segunda-feira, 9, um requerimento de urgência para a tramitação do projeto de lei que derruba as patentes dos medicamentos Mounjaro e Zepbound. Foram 337 deputados favoráveis e 19 contrários.

A proposta, de autoria do líder do PDT na Câmara, Mário Heringer (MG), altera a lei que regula os direitos e as obrigações relativos à **propriedade industrial**.

O texto declara o Mounjaro e o Zepbound "medicamentos de interesse público", para o controle e o

tratamento de Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) e obesidade ou Doença Crônica Baseada em Adiposidade (DCBA).

O autor da proposta argumenta, na justificativa do projeto, que "o preço comercial desses medicamentos é simplesmente impeditivo aos objetivos de uma medicina de massa, que precisa, hoje, tratar mais da metade da população adulta de um País que ultrapassa os duzentos milhões de habitantes".

Aprovada a urgência, o próximo passo é a análise do mérito no plenário da Câmara. Em seguida, a proposta precisa ser votada no Senado.

Índice remissivo de assuntos

| | |
|--------------------------------|-------------------------|
| Marco regulatório INPI | 1,2,3,4,5,6,7 |
| Patentes | 13 |
| Propriedade Industrial | 1,2,7,14 |
| Propriedade Intelectual | 3,4,5,6,8,9,10,11,12,13 |